



**Oliveira DC. Prioridades de pesquisa em saúde e em enfermagem. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem, 17, 2013 jun 3-5. Anais. Natal: Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Rio Grande do Norte, 2013 [disponível online]**

## **Introdução**

A preocupação com a temática das prioridades de pesquisa em enfermagem não é nova, mas a sua atualização justifica-se num momento em que se coloca na pauta de discussões as áreas de conhecimento e as linhas de pesquisa orientadoras da produção científica desse campo.

A Enfermagem, como campo de saber, ciência e tecnologia vem se fortalecendo desde a década de 70. Sua inserção no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ocorreu em 1986 e se consolidou como área específica de produção de conhecimento com o Comitê Assessor de Enfermagem em 2006 (ERDMAN, 2006).

A necessidade de definições claras de prioridades e políticas de pesquisa em saúde tem sido destacada no cenário nacional e internacional nos últimos anos. A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) define a pesquisa em saúde como “o conjunto de conhecimentos, tecnologias e inovações produzidos que resultam em melhoria da saúde da população” (BRASIL, 2005). Assim, o desafio da pesquisa em saúde é o de superar uma abordagem disciplinar e caminhar para uma perspectiva setorial e interdisciplinar, incluindo nesse enfoque a totalidade das atividades de pesquisa clínica, biomédica e de saúde pública, além daquelas realizadas nas ciências humanas, sociais aplicadas, e outras que mantenham esta vinculação.

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde (ANPPS) é definida como um instrumento de gestão pelo qual o Ministério Saúde (MS) detalha as prioridades de pesquisa para esse campo. Coloca-se como parte fundamental da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTI) e objetiva aumentar a seletividade e capacidade de indução de iniciativas de fomento à pesquisa no país. (GUIMARÃES et al, 2006)

A Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde tem como pressuposto respeitar as necessidades nacionais e regionais de saúde e aumentar a indução seletiva para a produção de conhecimentos e bens materiais e processuais nas áreas prioritárias para o desenvolvimento das políticas sociais. (BRASIL, 2008)

Por meio da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, as atividades de produção do conhecimento e de fomento devem passar a ser orientadas pelas necessidades de saúde da população, uma vez que abrange toda a cadeia de conhecimentos relacionada à saúde, da pesquisa básica à operacional. Sua elaboração e implementação esteve a cargo do Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), um dos três integrantes da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do MS.

O presente texto traz uma síntese da exposição realizada em Painel Temático sobre Pesquisa e Prioridades em Saúde, apresentado durante o 17º Seminário



Nacional de Pesquisa em Enfermagem - Rio Grande do Norte, e objetiva um resgate dos pontos principais da construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, a atualização dessa discussão no campo da Enfermagem e uma reflexão sobre as Prioridades de Pesquisa em Enfermagem.

### **Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde**

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE) assumiu a liderança do esforço nacional de pesquisa em saúde através da definição e da implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e da ANPPS.

O documento da PNCTIS estabelece que "o Ministério da Saúde deve liderar o processo de construção da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde, em virtude do seu papel estratégico no ordenamento do esforço nacional de pesquisa em saúde". (BRASIL, 2005)

O texto da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde foi parcialmente aprovado na 2.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e, posteriormente, referendado pela 151.ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, em 17 de fevereiro de 2005. (BRASIL, 2008)

Esse processo teve início em 2003, quando um grupo designado pelo Conselho Nacional de Saúde propôs 20 subagendas para ter em conta as especificidades da pesquisa em saúde. O segundo passo foi identificar prioridades de investigação para cada subagenda durante seminários nacionais envolvendo pesquisadores, e formuladores de políticas. (GUIMARÃES et al, 2006; BRASIL, 2008; MINISTERIO DA SAUDE, 2008)

A 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde foi realizada em julho de 2004. Durante a fase preparatória, os municípios e Estados brasileiros organizaram conferências locais, durante as quais foram indicados delegados do setor de saúde. Além desses, foram também indicados representantes dos setores da educação e da ciência e tecnologia para participar do debate. Durante a conferência, a PNCTIS foi aprovada e quatro outras subagendas foram introduzidas na proposta inicial. (BRASIL, 2004; MINISTERIO DA SAUDE, 2008)

Segundo a PNCTIS, a ANPPS é um processo técnico-político em permanente construção e tem como pressuposto atender as necessidades nacionais e regionais de saúde e induzir de forma seletiva a produção de conhecimentos, bens materiais e serviços em áreas estratégicas para o desenvolvimento das políticas sociais em vigor. (BRASIL, 2005; BRASIL, 2008; MINISTERIO DA SAUDE, 2008)

O documento é composto de 24 subagendas, que representam as áreas prioritárias de pesquisa. Cada uma dessas subagendas, por sua vez, desdobra-se em temas e linhas de pesquisa, especificando o que é essencial pesquisar no setor saúde.

Os objetivos que pautam a Agenda são os seguintes (BRASIL, 2008):

**Apontar as principais necessidades nacionais e regionais de pesquisa em saúde com vistas ao desenvolvimento das políticas sociais.**



**Aumentar a seletividade e capacidade de indução de iniciativas de fomento à pesquisa no país.**

**As ações de fomento passam a ser orientadas pelas necessidades de saúde da população, abrangendo toda a cadeia de conhecimento, da pesquisa básica à operacional.**

**Possibilitar que pesquisadores e financiadores alinhem suas atividades com as exigências nacionais.**

**Possibilitar que o governo meça o impacto da pesquisa nacional em saúde.**

**Possibilitar que cidadãos informados, OSCs e ONGs acompanhem os pesquisadores, as instituições de pesquisa e o governo.**

A construção da ANPPS foi realizada em etapas que resultaram na definição dos temas e linhas de pesquisa em cada uma das 24 sub-agendas identificadas. A metodologia privilegiou a reflexão, o debate e o consenso sobre a situação de saúde dos diferentes grupos populacionais. Os critérios que pautaram a definição das prioridades compreenderam (BRASIL, 2008):

- carga da doença;
- análises dos determinantes e da persistência da carga da doença por níveis de intervenção: individual, familiar, comunitário; sistema e serviços de saúde; políticas governamentais e outros setores com impacto na saúde;
- estado da arte do conhecimento científico e tecnológico disponível;
- custo-efetividade das possíveis intervenções e possibilidades de sucesso;
- efeito na equidade e justiça social;
- aceitabilidade ética, política, social e cultural;
- possibilidade de encontrar soluções;
- qualidade científica das pesquisas propostas;
- factibilidade de recursos humanos e financeiros.

As Subagendas definem amplas áreas de pesquisa, envolvendo vários campos disciplinares que contemplam os diversos temas prioritários de pesquisa. As 24 Subagendas são as seguintes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008; BRASIL, 2008):

1. Promoção da Saúde
2. Sistemas e Políticas de Saúde
3. Bioética e Ética em Pesquisa
4. Comunicação e Informação em Saúde
5. Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
6. Saúde do Idoso
7. Saúde da Mulher
8. Saúde da Criança e do Adolescente



9. Saúde da Pessoa com Deficiência
10. Saúde da População Negra
11. Saúde dos Povos Indígenas
12. Saúde Bucal
13. Saúde Mental
14. Alimentação e Nutrição
15. Violência, Acidentes e Trauma
16. Saúde, Ambiente, Trabalho e Biossegurança
17. Doenças transmissíveis
18. Complexo Produtivo da Saúde
19. Assistência Farmacêutica
20. Avaliação de Tecnologias e Economia da Saúde
21. Investigação Clínica
22. Epidemiologia
23. Demografia e Saúde
24. Doenças não-transmissíveis

### **As Prioridades de Pesquisa em Enfermagem**

A Enfermagem constitui-se como campo de conhecimento aplicado na grande área da saúde, e enquanto tal alinha-se às políticas de saúde de uma forma mais geral. Pensar as prioridades de pesquisa em Enfermagem significa apontar focos de interesse e de investimentos, sobre os quais o conjunto de pesquisadores estabeleça consensos.

Guimarães et al (2006) afirmam que “a política de pesquisa em saúde e a Agenda estão atualmente orientando a alocação de recursos do Ministério da Saúde para a investigação e o desenvolvimento científico”. Esses recursos são significativos quando comparados com o montante total dos investimentos realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Desta forma, o alinhamento dos pesquisadores a essa realidade significa, não apenas aderir a uma determinada política, mas também potencializar esforços no sentido da resolução de alguns grandes problemas nacionais de saúde, mobilizando o conhecimento que lhe é próprio.

A temática não é nova na Enfermagem, uma vez que o documento Agenda Estratégica para a Pesquisa e Pós-Graduação da Enfermagem Brasileira, aprovado em 2003 no Rio de Janeiro durante o 55º CBen, propõe a “construção coletiva de uma agenda nacional de prioridades de pesquisa em enfermagem, com a seleção de temas e problemas de pesquisa, fundamentada na relação entre as iniciativas das universidades e as demandas sociais” (ABEN, 2003).

Esse documento demonstra a preocupação da área de Enfermagem com a definição de prioridades de pesquisa, alinhada com as discussões do Ministério da



Saúde, antes mesmo de ter sido elaborado o documento final da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde.

O estabelecimento de prioridades de pesquisa em enfermagem implica em ajustar o foco desse campo de pesquisa naquilo que é essencial para dar visibilidade ao saber próprio constituído, ou seja, no cuidado de enfermagem enquanto categoria teórica, nos sujeitos do cuidado, nas competências profissionais e também nos grandes problemas nacionais transversais, de forma a melhor definir o campo disciplinar e a faceta interdisciplinar desse campo de conhecimentos.

Nesse contexto, partindo da proposição das 24 Sub-agendas e considerando o movimento histórico de desenvolvimento da pesquisa em Enfermagem, propõe-se uma reordenação dos campos de investigação. Essa proposição assenta-se nos seguintes passos metodológicos:

1. a partir das 24 subagendas da ANPP foram selecionados 11 temas afeitos diretamente ao campo de pesquisas de Enfermagem;
2. cada um dos 11 temas selecionados foi retraduzido na sua especificidade para o campo da Enfermagem;
3. desses 11 temas, cinco caracterizam-se como Eixos Temáticos Transversais, três como Eixos Temáticos de Ações Verticais e outros três como Eixos Temáticos Verticais por Grupos Populacionais;
4. o cruzamento dos cinco eixos transversais e dos seis eixos verticais permite compatibilizar o campo de pesquisa de Enfermagem.

As 11 prioridades de pesquisa selecionadas que caracterizam o campo de pesquisas da Enfermagem e permitem a expressão do saber próprio e da faceta interdisciplinar desse campo são as seguintes:

1. Saúde do Idoso
2. Saúde da Mulher
3. Saúde da Criança e do Adolescente
4. Saúde Mental
5. Doenças transmissíveis
6. Doenças não-transmissíveis
7. Saúde, Ambiente, Trabalho e Biossegurança
8. Avaliação de Tecnologias e Economia da Saúde
9. Investigação Clínica
10. Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
11. Sistemas e Políticas de Saúde

A retradução dessas 11 prioridades de pesquisa na sua especificidade para o campo da Enfermagem considerou o foco no cuidado de enfermagem, nos grupos populacionais sujeitos do cuidado, nos grandes problemas nacionais transversais, nas competências profissionais específicas e, ainda, nas temáticas de pesquisa que exigem



indução para o seu desenvolvimento. Essa retradução determinou os cinco Eixos Transversais e os seis Eixos Verticais abaixo especificados.

Os cinco Eixos Temáticos Transversais caracterizam-se como:

1. Saúde, Ambiente, Trabalho e Biossegurança em Enfermagem
2. Avaliação de Tecnologias de Enfermagem e Economia da Saúde
3. Investigação Clínica em Enfermagem
4. Gestão do Trabalho e Educação em Saúde
5. Sistemas e Políticas de Saúde

Por sua vez, os seis Eixos Verticais subdividem-se em três Eixos Temáticos de Ações Verticais e em três Eixos Temáticos por Grupos Populacionais, definidos abaixo:

#### **Ações Verticais**

1. Cuidado de Enfermagem à Saúde Mental
2. Cuidado de Enfermagem as Doenças transmissíveis
3. Cuidado de Enfermagem as Doenças não-transmissíveis

#### **Grupos Populacionais**

1. Cuidado de Enfermagem à Saúde do Idoso
2. Cuidado de Enfermagem à Saúde da Mulher
3. Cuidado de Enfermagem à Saúde da Criança e do Adolescente

O cruzamento dos eixos transversais e verticais permite compatibilizar o caráter disciplinar e interdisciplinar característico do campo de pesquisa da Enfermagem. Reconhece-se que a clara identificação da faceta disciplinar de um campo de conhecimento é condição essencial para o exercício da interdisciplinaridade, resguardando a identidade própria do campo.

#### **Conclusões**

A política de pesquisa em saúde e a ANPP estão atualmente orientando a alocação de recursos do Ministério da Saúde para a investigação e desenvolvimento científico, impactando os investimentos brasileiros globais para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Essa constatação exige um posicionamento da Enfermagem quanto ao seu alinhamento ou independência em relação a Agenda na definição das suas prioridades de pesquisa e também das suas linhas de pesquisa e áreas de conhecimento.

Propõe-se, neste texto, que as prioridades de pesquisa em enfermagem sejam definidas tendo como paradigmas orientadores o cuidado de enfermagem, os sujeitos do cuidado, os problemas nacionais transversais, as competências profissionais e os campos de pesquisa que exigem indução para o seu desenvolvimento e fortalecimento, caracterizando a prática de pesquisa disciplinar do campo focada não



apenas nos processos mórbidos e no problema clínico, mas na visão integral do processo saúde-doença.

Esses paradigmas orientadores exigem o alinhamento das suas linhas de pesquisa em eixos temáticos que vem caracterizando a prática de pesquisa desse campo, quais sejam: Saúde, Ambiente, Trabalho e Biossegurança em Enfermagem; Avaliação de Tecnologias de Enfermagem e Economia da Saúde; Investigação Clínica em Enfermagem; Gestão do Trabalho e Educação em Saúde; Sistemas e Políticas de Saúde; Cuidado de Enfermagem à Saúde do Idoso; Cuidado de Enfermagem à Saúde da Mulher; Cuidado de Enfermagem à Saúde da Criança e do Adolescente; Cuidado de Enfermagem à Saúde Mental; Cuidado de Enfermagem as Doenças transmissíveis; Cuidado de Enfermagem as Doenças não-transmissíveis.

Por sua vez, o fortalecimento das pesquisas tecnológicas e de inovação apresenta-se como desafio, constituindo processos e produtos do cuidado de enfermagem, buscando melhor definir o desenvolvimento de tecnologias duras, mas também de tecnologias relacionais de cuidado.

O desafio do recorte do objeto de pesquisa deve ser enfrentado, articulando-se o processo de cuidar de enfermagem e suas exigências e condições particulares, permitindo circunscrever um campo de saber próprio, impactando tanto a pesquisa quanto a prática profissional.

Afirma-se, dessa forma, a especificidade da pesquisa em enfermagem no contexto das prioridades de pesquisa em saúde, de forma a permitir a articulação de teorias auxiliares com os paradigmas próprios orientadores desse campo de saber, com vistas à construção de uma ciência da enfermagem, como propõem diversos autores.

## **Referências**

ABEN. Agenda Estratégica para a Pesquisa e Pós-Graduação da Enfermagem Brasileira. Rev Bras Enferm, Brasília (DF) 2003 nov/dez; 56(6):599-600.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde (BR). 2 Conferência nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Documento Base. Brasília: MS; 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005 p. 40 (Série B Textos Básicos em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. Agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde/Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008. 68 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde)



ERDMAN, A.L. Enfermagem Brasileira: avanços na ciência e na tecnologia. Rev Paul Enf 2006; 25(2):63-65.

GUIMARÃES R, SANTOS LMP, ANGULO-TUESTA A, SERRUYA SJ. Defining and implementing a National Policy for Science, Technology, and Innovation in Health: lessons from the Brazilian experience. Cad Saude Publica.2006; 22(9):1775-94.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Pesquisa em saúde no Brasil. Rev. Saúde Pública [online]. 2008, vol.42, n.4, pp. 773-775. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102008000400027>.

*Denize Cristina de Oliveira. Enfermeira Professora Titular da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Programas de Pós-graduação em Enfermagem e Psicologia Social/UERJ; Coordenadora do Comitê Assessor de Enfermagem do CNPq. Email: dcouerj@gmail.com*

NOTA: o texto completo será submetido à Revista Brasileira de Enfermagem para publicação